



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

WESLAINY RIBEIRO DE SOUSA

**CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA A EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2026

Weslainy Ribeiro de Sousa

Contribuição da Pedagogia Histórico-Crítica para Educação Especial

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador (a): Profa. Dra. Luciane Silva de Souza

Miracema do Tocantins, TO

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S725c Sousa, Weslainy Ribeiro de.
 Contribuição da Pedagogia Histórico-Crítica para Educação
 especial. / Weslainy Ribeiro de Sousa. – Miracema, TO, 2026.
 24 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
 Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2026.
 Orientador: Luciene Silva de Souza
1. Pedagogia Histórico-Crítica. 2. Educação especial. 3.
 Educação inclusiva. 4. Inclusão escolar. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

WESLAINY RIBEIRO DE SOUSA

CONTRIBUIÇÃO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA PARA EDUCAÇÃO
ESPECIAL

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de Pedagogo e aprovada (o) em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 22/07/2026

Banca Examinadora

Profa. Dra. Luciane Silva de Souza, Orientadora - UFT

Prof. Dr. Márcio Bernardes de Carvalho, Examinador, UFT

Profa. Dra. Juliana Chioca Ipólito, Examinadora, UFT

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força sabedoria e perseverança durante a minha trajetória acadêmica.

A minha família pelo incentivo ao longo dessa caminhada.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Luciane Silva de Souza, pela orientação, dedicação, paciência e contribuição valiosas para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

O presente artigo analisa as contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a Educação Especial, compreendendo a educação como um processo de formação humana e de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. O estudo teve como objetivo analisar de que maneira essa teoria pedagógica pode contribuir para a garantia do direito à educação e para a efetivação da inclusão escolar dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, realizada por meio da análise de livros, artigos científicos e documentos legais relacionados à temática. Inicialmente, são apresentados os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, seu contexto histórico e sua concepção de formação humana. Em seguida, discute-se a trajetória histórica da Educação Especial, os principais marcos legais e as condições materiais necessárias para a efetivação da inclusão escolar, com destaque para a realidade do estado do Tocantins. Os resultados evidenciam que, embora tenham ocorrido avanços nas políticas educacionais inclusivas, ainda persistem desafios relacionados às condições materiais, à formação docente e à garantia do acesso ao conhecimento sistematizado. Conclui-se que a Pedagogia Histórico-Crítica oferece importantes contribuições para a Educação Especial ao defender uma educação comprometida com a humanização, a apropriação dos conhecimentos científicos e a formação integral dos estudantes, compreendendo a inclusão para além do acesso e da permanência na escola, mas como garantia efetiva do direito à aprendizagem.

Palavras-chave: Pedagogia Histórico-Crítica. Educação Especial. Educação Inclusiva; Formação Humana; Inclusão Escolar.

ABSTRACT

This article analyzes the contributions of Historical-Critical Pedagogy to Special Education, understanding education as a process of human formation and the socialization of knowledge historically produced by humanity. The study aimed to analyze how this pedagogical theory can contribute to guaranteeing the right to education and to the effective inclusion of students who are the target audience of Special Education. This is a qualitative, bibliographic study grounded in historical-dialectical materialism, carried out through the analysis of books, scientific articles, and legal documents related to the subject. Initially, the foundations of Historical-Critical Pedagogy, its historical context, and its conception of human formation are presented. Subsequently, the historical trajectory of Special Education, the main legal frameworks, and the material conditions necessary for the implementation of school inclusion are discussed, with emphasis on the reality of the state of Tocantins. The findings show that, although there have been advances in inclusive educational policies, challenges related to material conditions, teacher education, and the guarantee of access to systematized knowledge still persist. It is concluded that Historical-Critical Pedagogy offers important contributions to Special Education by advocating an education committed to humanization, the appropriation of scientific knowledge, and the integral development of students, understanding inclusion beyond access to and permanence in school, as an effective guarantee of the right to learning.

Keywords: Historical-Critical Pedagogy. Special Education. Inclusive Education; Human Formation; School Inclusion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA.....	10
2.1	Contexto histórico	10
2.2	Fundamentos da PHC.....	11
2.3	Conhecimento sistematizado e formação integral	13
3	EDUCAÇÃO ESPECIAL	15
3.1	Trajetória histórica e conceito	15
3.2	Legislação da educação especial.....	16
3.3	Educação Especial numa perspectiva inclusiva.....	17
4	LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO TOCANTINS E AS CONDIÇÕES MATERIAIS.....	19
4.1	Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Especial.....	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
	REFERÊNCIAS	24

1 INTRODUÇÃO

Muitas escolas conseguem matricular os alunos com necessidades especiais, mas isso nem sempre garante aprendizagem real. A presença física desses alunos não significa a inclusão, pois ainda existem casos de inclusão excludente em que o aluno está matriculado, mas não tem suporte pedagógico adequado.

A Educação Especial procura garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidade especial, tenham acesso ao conhecimento de forma efetiva no ambiente escolar. Apesar dos avanços legais, como a Constituição Federal de 1988 e a LDB, ainda existem muitos desafios para a inclusão de pessoas com deficiência no processo de aprendizagem.

Historicamente, a escola foi estruturada somente para a elite as pessoas com necessidade não tinham direito de ter uma educação. Mesmo com avanços legais, como a Constituição de 1988 e a LDB, muitos alunos continuam marginalizados no processo de aprendizagem.

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), desenvolvida por Dermeval Saviani, enfatiza que a educação não se cumpre apenas com a matrícula dos alunos, mais com garantia condições reais de aprendizado, o que envolve recurso pedagógico, estrutura escolar adequada, valorização docente, dentre outros aspectos.

A PHC defende que o papel da escola é socializar o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade para todos os alunos, obviamente, incluindo os alunos com necessidades especiais

A PHC contribui para a educação especial ao compreender a escolarização como processo de humanização e que o direito à educação vai além da matrícula ou presença na escola, incluindo o acesso ao conhecimento científico, artístico e filosófico produzido pela humanidade. Assim, a Pedagogia Histórico-Crítica contribui para uma inclusão escolar efetiva, ao defender o acesso de todos os estudantes ao conhecimento sistematizado e às condições necessárias para sua aprendizagem e formação humana.

Estudar a contribuição da PHC para a educação especial é relevante por possibilitar reflexões sobre a função da escola e as práticas pedagógicas que garantem o direito à educação, promovendo uma inclusão efetiva e emancipadora. Diante disso, fornece ao docente, ferramentas teóricas e práticas para atuar de

forma crítica e inclusiva. Diante disso, o problema desta pesquisa é: quais contribuições a Pedagogia histórico-crítica pode trazer para a Educação Especial?

O objetivo geral do trabalho foi analisar a Educação Especial a partir das contribuições da Pedagogia histórico-crítica. E os objetivos específicos:

1. Compreender a pedagogia histórico-crítica;
2. Conhecer a trajetória da educação especial;
3. Observar como a pedagogia Histórico-crítica promove uma reflexão sobre a educação especial e a aprendizagem do estudante com necessidades educacionais especiais.

Essa pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa e a pesquisa é bibliográfica, buscando compreender o tema por meio da leitura e análise de materiais que a teóricos e científicos já publicados.

De acordo com Goldenberg (1997, p. 34), a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização segundo o autor a pesquisa qualitativa busca explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mais não quantificam os valores e as trocas simbólicas (GOLDENBERG, 1997, p, 34)

Para Minayo (2001, p.14), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Portanto, essa pesquisa qualitativa procura compreender e interpretar as contribuições dos autores a partir da análise de ideias, conceitos e reflexões nas obras estudadas.

Segundo Fonseca (2002, p. 32), “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Sendo assim, este trabalho será desenvolvido, como uma análise bibliográfica dos autores pesquisados.

Serão utilizados como base teórica os estudos de Paulino José Orso (2023), Adriana Cristina Moraes (2020) e Mazzotta e Sousa (2000), Saviani (2008, 2013), Januzzi (2012), dentre outros que abordam a temática da educação inclusiva e da pedagogia histórico-crítica.

O método utilizado nessa pesquisa é o materialismo histórico-dialético. Esse método, baseado em Marx, ajudar a compreender que a sociedade muda conforme as condições de vida das pessoas, desse modo ele permite entender que a educação também muda junto com a sociedade.

O artigo está dividido em cinco tópicos no tópico dois apresenta a Pedagogia Histórico-Crítica, abordando seu contexto histórico, seus fundamentos teóricos e sua compreensão acerca da formação humana e do conhecimento sistematizado. No tópico três discute a Educação Especial, contemplando sua trajetória histórica, os principais marcos legais e a perspectiva da educação inclusiva.

No tópico quatro, analisa-se a legislação da Educação Especial no estado do Tocantins e as condições materiais para sua efetivação. Já o tópico cinco estabelece a relação entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a Educação Especial, evidenciando as contribuições dessa teoria pedagógica para a inclusão e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

2 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

2.1 Contexto histórico

A Pedagogia Histórico-Crítica começou a ser formulada no final da década de 1970 e consolidou-se ao longo da década de 1980. A PHC surgiu vinculada às lutas sociais, nesse momento havia desigualdade social, disputa entre as classes ricas e trabalhadores. A classe da elite, formada por empresário, latifundiários e militares, queria manter o poder, e a classe trabalhadores lutavam por direitos de mudanças sociais.

Surgiram vários movimentos que lutaram por justiça social, como movimentos estudantis, camponeses, e movimento sindicatos, esses movimentos defendiam condições de vida melhor, reforma agrária, e uma educação crítica e transformadora.

As práticas pedagógicas educativas que havia na aquele período eram tradicionais, e contribuía para a manter as desigualdades, sem questionava a realidade foi então que em 1979 Dermeval Saviani desenvolveu a Pedagogia Histórica-Crítica, comprometida com os trabalhadores, tendo como objetivo construir uma educação crítica e transformadora

A PHC foi construída aos poucos, ela teve outros nomes antes de ser pedagogia histórico-crítica, inicialmente Saviani pensou em colocar pedagogia revolucionária, pois pretendia transformar a sociedade, superar as desigualdades. Mais como o país estavam vivendo no período da ditadura militar, essa ideia de revolucionária era vista como ameaça, então pensou em colocar, pedagogia dialética, só que dialética era considerado um termo muito teórico, e poderia dificultar compreensão, somente em 1984 que a pedagogia histórica crítica recebeu seu nome definido, depois de cinco anos após as primeiras construções da PHC (ORSO, 2023)

Em 1987, foi criado o HISTEDBR (Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil), grupo de estudo e de pesquisa, a PHC expandiu por meio desses pesquisadores, apesar dessa expansão muitos professores e alunos não conhecem essa teoria.

Saviani vai relatar que a pedagogia Histórico-crítica surgiu como resposta a necessidade de superar as pedagogias tradicionais, e as teorias crítico-reprodutivista.

A pedagogia histórico-crítica surgiu no início dos anos de 1980 como uma resposta à necessidade amplamente sentida entre os educadores brasileiros de superação dos limites tanto das pedagogias não críticas, representadas pelas concepções tradicional, escola novista e tecnicista, como das visões crítico-reprodutivistas, (SAVIANI, 2023, p. 15)

Saviani também mostra que a PHC surgiu ligado ao estudo da história e das formas de produção de vida social

Trata-se de explicitar como as mudanças das formas de produção da existência humana foram gerando historicamente novas formas de educação, as quais, por sua vez, exerceram influência sobre o processo de transformação do modo de produção correspondente, (SAVIANI, 2023, p. 2)

De acordo com (ORSO, 2023), a PHC se opõe a ensino fragmentado e realiza críticas às pedagogias não críticas e às perspectivas que secundarizam a transmissão dos conhecimentos sistematizados. Essa teoria defende uma educação planejada, intencional e organizada, valorizando a importância do professor, da escola, dos conteúdos e do planejamento escolar.

Essa teoria também defende um ensino dos conhecimentos mais elaborados produzido pela humanidade o uso do método materialismo histórico-dialético, e o compromisso com a classe trabalhadora.

Como os trabalhadores são os responsáveis pela produção de toda a riqueza social, o grande desafio está em revolucionar toda a realidade existente, promover uma transformação radical e profunda da sociedade, de tal modo que possam colocar toda a produção a serviço da vida e construir uma sociedade efetivamente humana. (ORSO, 2023, p. 369)

Cabe ao professor enquanto trabalhador, possibilitar que os alunos tenham acesso ao conhecimento mais elaborados, para que eles possam compreender melhor o mundo em que eles vivem.

2.2 Fundamentos da PHC

A PHC tem como fundamento o materialismo histórico-dialético, para Saviani essa perspectiva possibilita analisar a educação de forma crítica, o autor destaca que pedagogia histórico-crítica surgiu como forma de evitar interpretações simplificadas da concepção dialética, buscando uma compreensão mais crítica e do seu papel na sociedade.

Situei-me, pois, explicitamente no terreno do materialismo histórico, afirmando-o como base teórica de minha concepção educacional contra as interpretações reducionistas e dogmáticas que a moda estimulava. A própria

expressão pedagogia histórico-crítica insere-se no referido clima, já que foi uma forma de evitar a adesão fácil e ambígua que a noção de 'concepção dialética' ensejava. (SAVIANI, 2023, p. 19).

Esse fundamento entende que a sociedade é construída historicamente, a realidade social está em constante transformação, e a educação faz parte dessas relações sociais.

De acordo com Dermeval Saviani.

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2023, p. 13).

Saviani mostra que a educação tem como função de transmitir aos indivíduos aquilo que a humanidade produziu historicamente, como ciências, cultura, filosofia, artes e conhecimentos sistematizados.

A partir dessa compreensão, a educação também é entendida como uma atividade humana construída historicamente. Saviani (2011) “Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho. ”

Saviani também destaca que a educação participa da formação humana, pois o homem não nasce pronto, mas se forma nas relações sociais e históricas:

Portanto, o que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se incluem os próprios homens. Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens. (SAVIANI, 2011, p. 13).

A Pedagogia Histórica-Crítica também possui fundamento no marxismo, essa perspectiva compreende que o ser humano se constitui nas relações sociais e históricas que estabelece ao longo do tempo. Dessa maneira a educação é entendida como prática social que contribui para a apropriação dos conhecimentos produzidos pela humanidade e para a compreensão mais crítica da realidade.

Na abordagem marxista, ou seja, na abordagem materialista histórico-dialética, o estudo ontológico do ser social não prescinde do estudo da gênese histórica da especificidade da sociedade perante a natureza. O

longo processo evolutivo do ser inorgânico produziu o aparecimento do ser orgânico, isto é, da vida, e a partir da evolução da vida surgiu o ser humano como ser social, surgiu a esfera da vida em sociedade, a esfera da sociabilidade. (DUARTE, 2012, p. 37).

Na perspectiva marxista, o trabalho é essencial para a formação humana. Marx compreende o trabalho como atividade que transforma a natureza e o próprio homem.

Por meio do trabalho, o ser humano incorpora, de forma historicamente universalizada, a natureza ao campo dos fenômenos sociais. Nesse processo as necessidades humanas se ampliam, ultrapassando o nível das necessidades de sobrevivência e surgindo necessidades propriamente sociais. (SAVIANI, Duarte 2012, p. 21).

A PHC utiliza esses fundamentos marxistas para defender uma educação voltada à socialização do conhecimento científico e à formação crítica dos alunos, compreendendo a escola como espaço importante na transformação social.

2.3 Conhecimento sistematizado e formação integral

Para a pedagogia histórico-crítica a escola possui um papel muito importante para a formação dos estudantes, a educação precisa possibilitar que os alunos tenham acesso ao conhecimento produzido pela humanidade como, científico, culturais, filosófico e artísticos. Esses conhecimentos são chamados de conhecimentos sistematizados, por que é um conhecimento organizados e construído pela sociedade

A escola precisa ensinar e ajudar os alunos a compreender a realidade em que eles vivem, de acordo com Saviani (2012) a “socialização do conhecimento é o eixo central de tudo o que se realiza no interior dessa instituição”

Nessa perspectiva PHC defende que todos os alunos devem ter acesso ao conhecimento escolar, pois isso contribui para o desenvolvimento da aprendizagem e do pensamento crítico

Outro ponto importante dessa teoria de Saviani, e a formação integral, essa formação busca desenvolver o ser humano de forma completa, considerando os aspectos intelectuais, sociais, culturais e humanos, e não apenas preparar para o trabalho.

Saviani e Duarte (2012) explicam que, “Pode-se considerar como consensual a definição da educação como formação humana. A questão, portanto, que necessita ser examinada é em que consiste a formação humana. ”

Assim, a PHC compreende a educação como um processo importante para o desenvolvimento humano, permitindo que os indivíduos compreendam a sociedade e participem de forma crítica na transformação da realidade.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1 Trajetória histórica e conceito

De acordo com Januzzi (2012) desde os tempos remotos, a escola sempre foi pensada para a elite, sendo favorecido o trabalho intelectual e para classe trabalhadora um trabalho mais pesado, por isso, não necessitando de instituição. Quanto as pessoas com deficiência, houve uma invisibilidade em relação a escolarização tanto pelas legislações quanto pelas práticas de socialização, com a constituição de 1824 o ensino passou a ser obrigatório, mais apenas para cidadãos, o que excluía a maior parte da sociedade.

A história da educação especial foi marcada pela exclusão, segregação, tentativa de integração os alunos com necessidade especial ficavam de fora da escola, eram separados dos outros alunos.

A respeito do momento histórico da educação especial Januzzi vai relatar

A educação popular, e muito menos a dos deficientes, não era motivo de preocupação. Na sociedade pouco urbanizada, apoiada no setor rural, primitivamente aparelhado, provavelmente poucos eram considerados deficientes; havia lugar, havia tarefa que muitos deles executassem. A população era iletrada na sua maior parte, as escolas eram escassas, como já foi salientado, e dado que só recorriam a ela as camadas sociais alta e média, a escola não funcionou como crivo, como elemento da patentearão de deficiências. Havia pouca divergência entre o modo de conceber o mundo que nela se difundia e o da família o qual o aluno fazia parte. Certamente só as crianças mais lesadas despertavam atenção e eram recolhidas em alguma instituições. (JANUZZI, 2012, p. 15)

Historicamente a educação, era somente para classe da elite, enquanto a classe trabalhadora não tinha o mesmo direito e ficava fora do ensino formal, e as pessoas com deficiência também eram invisíveis no processo de escolarização.

De acordo com Silva (2014), educação especial passou por três fases, a primeira fase ocorreu no século XVI a 1930 que foi a fase das tentativas de institucionalização, as pessoas com deficiência eram encaminhadas para instituições específicas como hospitais, internatos, asilos nesse século a deficiência era vista como uma doença ou problema que precisava ser tratado. Esse período foi marcado pela exclusão, onde as pessoas com necessidade especial eram vistas como incapaz, as pessoas com deficiência ficavam isolados da convivência social e da

escola, a educação ainda não era pensada como um direito inclusivo para todos (Januzzi, 2006)

A segunda fase ocorreu em 1930 a 1973, nessa fase começa uma participação maior da sociedade e do governo na educação das pessoas com necessidade especial, começa a surgir instituições especializada para atender essas pessoas com deficiência, com algumas tentativas de escolarização, só que essas instituições atendiam separado da escola regular, o que mantilha esses alunos excluídos. Nesse período a medicina ainda influenciava bastante (JANUZZI, 2006)

O terceiro momento ocorreu em 1973, e segue até os dias atuais, essa fase caracteriza-se pela maior participação da sociedade criação de políticas públicas, leis que fortalece a educação especial. Houve um crescimento da instituição pública e privada de atendimento especializado.

De acordo com Eloy e Coutinho, (2020) no século XIX D. Pedro fundou no rio de janeiro dois institutos, o instituto Benjamin Constant, foi criado em 1954, para estudantes com deficiência visual, e instituto de surdo e mudo (1854) que hoje é o instituto nacional de educação e de surdo (INES). A intenção desses institutos de D. Pedro não era incluir essas pessoas com deficiência na sociedade, eles eram colocados nessas instituições para continuar afastado do convívio social, tratados como incapazes.

A educação especial é uma modalidade de ensino, voltada para os estudantes que tem alguma deficiência, e oferece recurso para garantir o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com necessidade especial no ambiente escolar

3.2 Legislação da educação especial

Em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61), a educação das pessoas deficientes passou a ter mais destaque, pois tratou esse tema de forma mais clara

Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (BRASIL, 1961).

Essa lei diz que a educação de pessoas com deficiência deve acontecer dentro do sistema regular de ensino, e que iniciativas privadas receberiam apoio do governo. Apesar de existir a lei permitido a acesso desses alunos no sistema educacional, essas pessoas continuam sendo segregadas.

Em 1994 foi criada a declaração de Salamanca, um documento importante que defende a educação inclusiva como direito, propondo que a escola acolhas os estudantes que tem deficiência, esse documento reforça que a escola deve se organizar para atender as necessidades dos alunos garantido o cesso, a participação e a aprendizagem real dos alunos.

No Brasil, a LDB 9.394/96 ampliou essas garantias ao definir a educação especial como modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando serviços de apoio, formação docente adequada e recursos pedagógicos que possibilitem o desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

A política nacional de educação especial, na perspectiva da educação, (2008) fortalece a inclusão desses alunos, defendendo acesso, a aprendizagem, dos estudardes, público-alvo da educação especial nas escolas

A lei brasileira de inclusão das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como estatuto da pessoa com deficiência, garante direito as pessoas com deficiência como acessibilidade, igualdade de oportunidade e inclusão escolar, essa lei diz

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, art. 1º).

Por tanto essa lei garante que os alunos com necessidade especial tenham acesso à educação e participem da sociedade com igualdade.

3.3 Educação Especial numa perspectiva inclusiva

Apesar Dos avanços nas legislações e políticas pulicas, na prática, essas pessoas continuavam excluídas e fora da vida social, porque a lei ainda não garantia uma inclusão completa.

Uma vez que, com a publicação de legislações para garantir o caminho à escolarização, percebe-se avanços importantes no sentido de garantir o

acesso à educação escolar às pessoas público-alvo da educação especial, podendo-se exemplificar com a implementação das salas de recursos multifuncionais, a garantia do intérprete de Libras⁶ para as pessoas surdas matriculadas na escola comum, Porém não suficientes, para se efetivar o direito à educação, pois não são garantidas, na integralidade, todas as condições para que, de fato, propicie-se um processo de ensino e aprendizagem desenvolvendo. À título de exemplo, destacam-se as limitadas condições de trabalho de professores, bem como a formação inicial e continuada desses profissionais (LOY E COUTINHO, 2020, p. 7).

Apenas a matrícula desses alunos, não garante que a inclusão aconteça apesar dos avanços em relação a matrícula dos alunos deficientes, ainda existem desafios relacionados a formação de professor, que precisam estar mais preparados para trabalhar com os alunos com deficiência.

A escola precisa ter materiais pedagógico de acordo com a necessidade do aluno, a escola também deve garantir o acesso aos conhecimentos clássicos, científico, artísticos, filosóficos e éticos, que permitam ao aluno entender o mundo e transformá-lo. A educação inclusiva não se resume apenas a presença do aluno com necessidade especiais, mais a possibilidade deles se apropriar desses saberes

boa parte dos alunos com necessidades especiais, inserida nas salas de aula da escola regular, está sem receber nenhum tipo de suporte para a escolarização. E isso produziu o fenômeno que Freitas (2002) intitulou de “inclusão-excludente” para se referir à lógica perversa escondida nas políticas de universalização da educação básica, que recorrem à progressão continuada e aos ciclos de escolarização. (SILVA, 2014, p. 81)

Os alunos entram na escola e frequenta a sala de aula, mais continua sendo excluídos do aprendizado real, a inclusão acontece de verdade, quando ele recebe apoio e condições reais de aprendizagem.

4 LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DO TOCANTIS E AS CONDIÇÕES MATERIAIS

A legislação da educação especial no estado do Tocantins foi construída através de leis nacionais que garante, a inclusão dos alunos com necessidade especial. Entre os principais documentos que garante a inclusão estão a constituição federal de 1988, a lei de diretrizes e base da educação nacional (LDB nº 9.394/1996) a política nacional de educação especial na perspectiva de 2008 e a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (lei nº 13.146/2015). Essas políticas vêm sendo aplicadas nas escolas para garantir que os alunos com necessidades especiais tenham acesso e permaneçam na escola regular.

No Tocantins, houve um aumento no número de estudantes público-alvo da educação especial, matriculados na escola regulares, porém apenas a matrícula desses alunos não garante uma inclusão de qualidade. Muitas escolas ainda apresentam dificuldades relacionada, acessibilidade, estrutura física adequada, formação dos professores, e materiais pedagógicos.

De acordo com Souza e Ipolito (2024)

A Resolução sinaliza condições materiais como redes de apoio, professores especializados, salas de recurso multifuncionais e Centros de AEE, que não é realidade na maioria das cidades tocantinenses. Obviamente, há avanços, mas as condições materiais ainda são precárias em muitos municípios e ainda há carência por formação continuada para os profissionais da área. (SOUZA; IPOLITO, 2024, p. 8).

As autoras mostram que ainda existem muitos desafios nas escolas do estado do Tocantins, principalmente relacionados a falta de investimentos, profissionais especializados e recurso adequados para atender esses alunos, assim a inclusão deve acontecer de maneira afetiva, garantindo a participação e aprendizagem dos alunos, no ambiente escolar.

Assim, a partir de tais fundamentos é possível analisar que as políticas públicas educacionais referentes à educação especial e inclusiva no estado do Tocantins vem alterando a relação do ensino regular com a educação especial, na medida em que avançam na garantia dos direitos. No entanto, nota-se que ainda é preciso garantir as condições materiais necessárias para que a inclusão de fato ocorra, que vão desde condições de infraestrutura adequadas até recursos humanos capacitados. Sem os quais, a educação especial não se efetivará, de fato. (SOUZA, IPOLITO, 2024, P. 10)

De acordo com Sousa e Ipolito a escola precisa ter materiais necessário para que a inclusão de fato aconteça que vão desde condições de infraestrutura adequada até recurso humano capacitados.

Portanto a escola precisa garantir acessibilidade, sala de recursos multifuncionais, equipamentos adequados e materiais pedagógico específicos, e preciso ampliar o atendimento educacional, oferecendo suporte adequado aos estudantes com necessidade especial, garantir profissionais especializado como professores, intérprete de libras, profissionais de apoio, e equipes multidisciplinares.

Também é necessário desenvolver planos individuais de ensino respeitando a necessidade dos estudantes, fornecer as redes de apoio e acompanhamento pedagógico dentro do ambiente escolar. Garantir não apenas o acesso dos alunos a escola, mas também a sua permanência e aprendizado de qualidade.

4.1 Pedagogia Histórico-Crítico e Educação Especial

Saviani (2018) afirma que, o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que o dominante domina então dominar o que o dominante domina é condição de libertação assim para Saviani, uma pessoa só se liberta quando aprende aquilo que os grupos dominantes já sabem. Portanto, o acesso ao conhecimento é necessário para que todos possam se desenvolver como seres humanos completos e se tornarem livre. Assim, assegurar o direito à educação significa oferecer oportunidades iguais a todas as pessoas, independente das suas condições. A educação deve permitir que cada pessoa conheça, compreenda o mundo e possa agir com liberdade.

Para Loy e Coutinho (2025) o conceito de liberdade na pedagogia histórico-crítica está relacionado à capacidade dos indivíduos de dominar os conhecimentos teóricos e práticos necessários para compreender e transformar a realidade em que vivem, permitindo sua plena inserção e participação na sociedade

Em outros termos, o que eu quero traduzir com a expressão pedagogia histórico-crítica é o empenho em compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Portanto, a concepção pressuposta nesta visão da pedagogia histórico-crítica é o materialismo histórico, ou seja, a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana (SAVIANI, 2013, p. 76)

Com base nessa teoria, o direito a educação, assume um caráter transformador não apenas garantir que todos esteja na escola mais promover mudanças reais em um modelo escolar que historicamente foi injusta.

A PHC desenvolvida por Dermeval Saviani, propõe uma importante contribuição para pensar a Educação Especial, principalmente por entender a educação como um processo de transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Para essa pedagogia, o papel da escola é garantir que todos os alunos inclusive aqueles com necessidades especiais tenham acesso aos conhecimentos científicos, artísticos e culturais necessários para o seu desenvolvimento.

A Pedagogia histórico-crítica defende que o professor e o mediador central do processo de ensino e aprendizagem, responsável por organizar o trabalho pedagógico, com base na necessidade de cada aluno, inclusive os que tem deficiência, a função do professor é planejar avaliar e adaptar o ensino de modo que cada aluno com ou sem deficiência possa aprender.

A Pedagogia histórico-crítica rompe com a ideia de que alunos com deficiência devem receber apenas atividades adaptadas, simples ou reduzidas. Pelo contrário, defende que a escola deve permitir que esses alunos, consiga aprender, os conhecimentos, essenciais e universais, usando os meios necessário. Isso significa que a Educação Especial deve e precisa ser compreendida como parte do direito universal à educação e não como um atendimento separado.

Outra contribuição muito importante é que a PHC situa a Educação Especial dentro da luta social por uma escola pública, gratuita, democrática e de qualidade para todos. Não basta apenas incluir o aluno na sala é necessário garantir condições reais de aprendizagem professores capacitados, recursos pedagógicos adequados para atender esses alunos que tem deficiência. A inclusão, dessa forma, deixa de ser apenas um discurso e passa a ser uma prática que enfrenta as desigualdades sociais que historicamente excluem pessoas com necessidade.

A pedagogia Histórico-Crítica ajuda a compreender que a Educação Especial é um direito social, e que seu objetivo maior é promover o desenvolvimento integral dos alunos, tornando-o capaz de compreender, participar e transformar a sociedade. Assim, sua contribuição fundamental é recolocar o conhecimento como eixo central do processo educativo e reafirmar que todo ser humano tem potencial para aprender quando a escola cumpre sua função social de ensinar.

Além disso, a Pedagogia Histórico-Crítica contribui para a reflexão sobre a educação inclusiva ao defender o acesso ao conhecimento científico para todos os estudantes. De acordo com Ipolito e Souza (2024):

Ao refletir sobre a educação escolarizada a partir da teoria histórico-crítica, é fundamental que se considere que uma das funções Da educação escolar é a transmissão dos conteúdos científicos que possibilitam uma maior compreensão da realidade histórico-cultural. Para tanto, é necessário um método pedagógico que seja capaz de viabilizar a internalização do conhecimento científico pelos alunos, proporcionando o desenvolvimento do pensamento abstrato mais elevado, visando a máxima humanização e emancipação dos sujeitos. (IPOLITO; SOUZA, 2024, p. 2).

Dessa maneira, a inclusão escolar deve ir além da presença do aluno na sala de aula, sendo necessário garantir condições reais para que ele participe do processo educativo e tenha acesso ao conhecimento de forma igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou analisar as contribuições da pedagogia histórico-crítica para educação especial, compreendendo a importância de uma educação que vai além da presença do aluno na escola.

Ao longo do estudo realizado foi possível ver que a trajetória da educação especial foi marcada por exclusão, segregação, e que apesar dos avanços teve, ainda enfrenta grandes desafios relacionado a inclusão.

A pesquisa permitiu compreender que a educação inclusiva depende de recurso pedagógico formação continuada de professores e profissionais especializado garantindo condições reais de aprendizado.

A PHC traz importantes contribuições, ao defender que todos possuem capacidade de aprender, quando são garantidas condições adequadas de ensino, por tanto a escola não deve apenas garantir a matrícula, mas precisa assegurar o acesso ao conhecimento sistematizado.

REFERÊNCIAS

- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil-UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. (Série Educação a Distância).
- IPOLITO, Juliana Chioca; SOUZA, Luciane Silva de. **Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da psicologia histórico-cultural para educação especial e inclusiva**. XVII Jornada do Histedbr, Fortaleza, Ceará, 2024.
- LOY, Adriana Cristina Moraes; COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti. O direito à educação na perspectiva da pedagogia histórico-crítica e a educação especial. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686x41161>. Acesso em: 28 nov. 2025.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2023.
- SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.
- SILVA, Régis Henrique dos Reis. **Contribuições da pedagogia histórico-crítica para a educação especial brasileira**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 58, p. 78-89, set. 2014. ISSN 1676-2584.
- SOUZA, Luciane Silva de; IPOLITO, Juliana Chioca. **As políticas de educação especial e inclusiva no estado do Tocantins: uma análise a partir da PHC**. XVII Jornada do Histedbr, Fortaleza, Ceará, 2024.